

# INCONSCIENTE, LINGUAGEM E PENSAMENTO

Cristóvão Giovanni Burgarelli  
Dayanna Pereira dos Santos

---

### RESUMO

*Este artigo pretende, a partir da elaboração freudiana a respeito do aparelho psíquico, discutir a noção de pensamento. Fundamentando-se na concepção de inconsciente que se faz presente desde os textos iniciais de Freud, ele tomará como questão tanto a capacidade racional, atribuída ao ser humano, depreendida do “eu penso” cartesiano, quanto o pensamento teórico. Após explicitar que o aparelho psíquico, para Freud, se constitui como aparelho de linguagem e de memória, buscará situar o que costumamos denominar como razão, capacidade cognoscente ou domínio científico de um pensamento como efeitos do inconsciente. Sob esse prisma, destaca-se o fato de Freud, ao desenvolver sua elaboração sobre o “inconsciente”, ter como objetivo apresentar uma estrutura particular que precede, abrange e justifica tais capacidades, e não indicar a ausência de consciência e de fenômenos psíquicos. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o aparelho de linguagem não coincide com a ideia de um aparelho feito para a linguagem, mas um construído por linguagem – ele não existe sem linguagem e sem ser falante.*

**Descritores:** *inconsciente; linguagem; pensamento.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i3p655-669>.

## Introdução

A psicanálise, apesar de derivar da ciência, propõe uma ruptura com as determinações científicas e estabelece sua especificidade, uma epistemologia particular, própria da experiência analítica. Essa particularidade lhe permite estruturar-se não como o grupo das ciências naturais ou humanas, mas como outro modelo de ciência, pautado num novo paradigma, em que sujeito e objeto mantêm uma relação metonímica, isto é, não dicotômica, tampouco harmônica, mas sim conflituosa e paradoxal, sendo que, numa lógica temporal, um assume o lugar do outro. Na concepção de Lacan

■ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas.  
Professor da Faculdade de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

■ ■ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

(1965-1966/1998), de forma sintética, a ciência moderna, ao firmar com Descartes (1637/1973) a existência do sujeito pelo pensamento, introduz no campo do saber e da experiência humana o sujeito do inconsciente (Ics). Isso com uma diferença, pois, para a psicanálise, no entanto, o pensamento é inconsciente.

Na ótica lacaniana, entende-se que “o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência” (Lacan, 1965-1966/1998, p. 873), pois trata-se de um sujeito marcado pela dimensão simbólica, portanto, próprio da linguagem. Desse modo, o saber psicanalítico tem a peculiaridade de ser, sobretudo, suscetível à operação imaginária de busca por um conhecimento e pela posição de enunciação que articula a elaboração de um saber próprio, não somente vinculado à ciência empírica, mas também aos elementos relacionais presentes na experiência analítica.

Para a psicanálise, então, o sujeito encontra-se assujeitado ao Ics, subvertido pela linguagem e dividido pela parcialidade da pulsão. Essa tríade compõe o ponto central deste artigo, que pressupõe a reflexão sobre os efeitos do simbólico na constituição do sujeito, evidenciando o Ics como algo insabido, um saber que não se sabe (saber), decifrador do sujeito, algo que se escreve e é passível de leitura, e a falta como causa de desejo, aquilo que move o sujeito em direção a um objeto inalcançável.

## Aparelho psíquico e experiência de satisfação

Na tentativa de definir as peculiares características dos processos que atuam no Ics, Freud faz uso de observações clínicas apontadas em *A interpretação dos sonhos*, de 1900. Nessa obra, o autor retoma a noção de memória desenvolvida na “Carta 52” (1896), segundo a qual há diversos registros de memória nos quais um mesmo conteúdo, com o passar do tempo, poderia ser inscrito e transcrito conforme distintos princípios associativos. Freud, no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, expõe que o Ics e o Pré-consciente (Pcs) são dois derradeiros registros mnêmicos do aparelho psíquico.

De acordo com sua teoria, há dois processos pelos quais se dão os deslocamentos de energia psíquica, objetivando a descarga motora da excitação, que é movida pelo jogo pulsional. Embora sejam distintos, há uma articulação entre esses dois processos, ou seja, entre a identidade de percepção, em conformidade com o princípio do prazer, e a identidade de pensamento, em conformidade, por sua vez, com o princípio de realidade. No início de sua elaboração, no “Projeto para uma psicologia científica” (1895/2006), ele chamou tais processos de primários e secundários; mais à frente, na “Interpretação dos sonhos”, ele os denomina Pcs e Ics.

Para Freud, portanto, os processos inconscientes estão subordinados ao princípio do prazer, e seu destino dependerá de sua intensidade e do

preenchimento dos requisitos necessários para a regulação de prazer-desprazer. Assim, no campo do Ics, o princípio do prazer orienta-se pela repetição pulsional da experiência de satisfação e pela negação, ou seja, pelo impedimento da dor, do sofrimento ou da tensão por parte do sujeito. Esse jogo de tensão desencadeia um processo nomeado por Freud de *experiência de satisfação*. Para elucidar esse processo, o psicanalista esclarece que o organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil, por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais. Quando a pessoa que ajuda executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno. A totalidade do evento constitui então a *experiência de satisfação*, que tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo (Freud, 1895/2006, p. 370, grifos do autor).

Por esse prisma, é possível aferir que, para Freud, a *experiência de satisfação* surge pela condição de desamparo

em que se encontra, no princípio, o organismo humano. A experiência constituída por essa condição promove a associação da satisfação experimentada com o complexo da imagem do objeto desejado, isso porque “os investimentos perceptivos nunca são investimentos de neurônios isolados, mas sempre de complexos” (Freud, 1895/2006, p. 380). Portanto, essa experiência só ocorre quando há supressão da tensão, proveniente das excitações internas.

Na concepção freudiana, essa descarga não causará alívio, pois o estímulo endógeno não cessa. Sendo assim, torna-se imprescindível uma intervenção que interrompa temporariamente a urgência. Essa intervenção pode ser exemplificada da seguinte forma: a criança em condição de desamparo está na dependência de um terceiro, o outro, para a efêmera remoção do estímulo endógeno, havendo nessa dependência uma relação de assujeitamento ao outro. Nas palavras de Freud (1895/2006), a totalidade da *experiência de satisfação* produz três efeitos no sistema  $\psi$ :

(1) efetua-se uma descarga permanente e, assim, elimina-se a urgência que causou desprazer em  $\omega$ , (2) produz-se no *pallium* a catexização de um (ou de vários) neurônio que corresponde à percepção do objeto; e (3) em outros pontos do *pallium* chegam as informações sobre a descarga do movimento reflexo liberado que se segue à ação específica. Estabelece-se então uma facilitação entre as catexias e os neurônios nucleares. (p. 370)

Portanto, com o retorno do estado de urgência, o investimento também incide nas lembranças, reativando-as. Uma vez restituído o estado de tensão, há um impulso psíquico de reinvestir imagens mnêmicas do objeto no intento de repetir a experiência de satisfação inicial. Nesse caso, a imagem mnêmica do objeto torna-se a primeira a ser ativada pela atuação do estado de urgência mediante a ação reflexa – análoga a uma percepção –, cujo resultado é a frustração. A experiência de satisfação se constitui, portanto, de diversas percepções simultâneas que abrem caminhos de memória oriundos da tensão. Para esse processo de experiência de satisfação, Freud dá o nome de estado de desejo, pois “resulta numa *atração* positiva pelo objeto desejado, ou mais precisamente, por sua imagem mnêmica” (1895/2006, p. 374, grifos do autor). É na busca pelo objeto, desde sempre e para sempre perdido, que o desejo pode advir.

Segundo Freud (1895/2006), essa primeira experiência de satisfação deixa sinais no psiquismo do sujeito em constituição. Tais sinais são evidenciados a partir das sensações de mal-estar vivenciadas pelo bebê, que busca repetir a experiência de satisfação por uma via alucinatória. Assim, de forma correlativa, a criança emprega a imagem mnêmica para encaminhar suas buscas em direção ao objeto “real” de satisfação. Nessa perspectiva, com o nascimento, a vida do bebê passa a depender de forma mais específica de outro sujeito, normalmente a mãe ou o cuidador, o portador dos objetos de desejo da criança, como o alimento, a voz, o gesto e a linguagem.

A experiência de satisfação interpõe um encadeamento simbólico fundamental para a estruturação e o funcionamento do aparelho psíquico. Isso pode ser entendido, conforme a concepção freudiana, como retroatividade do registro simbólico, que atribui potência psíquica às inscrições mnêmicas. Cabe observar que Freud elabora o fundamento de sua teoria do inconsciente, interrogando, a partir do modelo de aparelho psíquico instituído, o modo pelo qual a criança acede à estrutura da linguagem ao colocar-se defronte ao Outro.

Nesse contexto, o chamado da criança se depara com a existência da mãe ou do cuidador, tomados aqui como

“representantes” do Outro, aquele que produz uma mensagem. Ao ocupar o lugar de Outro, a mãe exerce a função de potência nomeadora e oferece à criança significantes, por meio da fala, tomando a necessidade pueril como demanda. Assim, diante do desamparo infantil, é o Outro que promove a experiência de satisfação, eliminando a tensão produzida pela necessidade, de modo a impedir o desprazer e obter o prazer. Essa primeira experiência não é absolutamente representada, algo dela se perde; há um resto que perdura sem Representação, sem significação, e se constitui como ponto de furo de onde o desejo pode sobrevir.

A intervenção do Outro implica a entrada da criança na ordem simbólica, ao fato de existir o significante, e se refere à falta real, à parte perdida do sujeito. A necessidade, ao se produzir como significante, deixa vestígios impossíveis de inscrição, não simbolizáveis em demanda, fazendo advir desse *resto* que move a economia psíquica um objeto que não satisfaz. No entanto, essa operação advém da ilusão de que possa existir um significante que restaure, importe, denote aquilo que falta. Nessa perspectiva, a ilusão de completude promove a alienação que é própria do sujeito, porém não é o fato de o processo ter como ponto de partida o Outro que o torna uma operação de alienação, pois a causa do sujeito é o significante, ou seja, o fato de que “o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significante só faz explicar,

aqui, a razão por que nenhum sujeito pode ser causa de si mesmo” (Lacan, 1960-1964/1998, p. 855). Sendo assim, é possível dizer que o cerne da alienação encontra-se na bifurcação do sujeito, na impossibilidade de o sujeito se estabelecer separado do Outro, do campo do sentido.

Nesse estado de alienação, há um assujeitamento à experiência de satisfação dos desejos do Outro. Parafraseando Freud (1895/2006), pode-se dizer que a experiência de satisfação, marcada pela relação de diferença prazer-desprazer, produz no funcionamento do aparelho psíquico uma tendência à repetição, fazendo com que o sujeito realize uma busca interminável pelo objeto perdido, o inalcançável. Nesses termos, a satisfação será sempre parcial, pois o objeto “não é *real*, mas está presente apenas como *idéia* imaginária” (p. 377). Assim, o que a criança busca não é a satisfação de uma necessidade, mas um “modo de prazer” experimentado anteriormente.

## O princípio do prazer como causa do pensamento

Para Freud, no processo primário, sem considerar a realidade externa, a quantidade de energia tende a escoar livremente pelo aparelho psíquico e ali circula de forma dispersa, sem ordem. Essa energia passa de uma representação para outra, buscando

a descarga de tensão da maneira mais rápida e direta possível, o que caracteriza o princípio do prazer.

Tal princípio dirige ações imediatas ou reflexas e exerce a função de “conduzir o sujeito de significante em significante, colocando quantos significantes forem necessários para manter mais baixo possível o nível de tensão que regula todo o funcionamento do aparelho psíquico” (Lacan, 1959-1960/1997, p. 150), mediante a livre circulação de energia pelas representações, passando da extremidade perceptiva para a extremidade motora. Esse jogo de forças constitui o pensamento primário de forma associativa, funcionando por meio de contiguidades, associações livres e transferências.

O processo secundário, princípio de realidade, por sua vez, centrado no desprazer, inibe o escoamento de energia mental, acarretando retardamento da descarga de forças. Essa forma de controle de energia altera a realidade por meio da ação. Desse modo, no processo secundário, o acúmulo de energia depende da oposição de uma resistência à descarga. No “Projeto para uma psicologia científica”, Freud (1895/2006) situa essa resistência no contato estabelecido entre os neurônios impermeáveis psy (aqueles que recebem as excitações endógenas). Essas resistências atuam como barreiras de contato à descarga e promovem a retenção de energia pelos referidos neurônios. Ao entrar em funcionamento, as barreiras de contato produzem os registros da memória, responsáveis pelos processos de pensamento, os quais consistem “na catexia dos neurônios psy, acompanhada por uma mudança, promovida pela catexia colateral do ego, naquilo que é imposto pelas facilitações” (Freud, 1895/2006, p. 386). Nesse caso, o processo de pensamento é reforçado pelo investimento entre a ação da memória e da percepção, permitindo maior anuência com os fatos da realidade capazes de promover sensações desagradáveis cuja existência é evidente.

Para Lacan (1959-1960/1997), o princípio de realidade é correlato dialético do princípio de prazer, de modo que “um não é apenas, como se acredita inicialmente, a aplicação da continuação do outro, cada um é verdadeiramente o correlato polar do outro, sem o qual nem um nem outro teria sentido” (p. 95). Essa correspondência entre os princípios promove um novo deslocamento do prazer, buscado em outro nível.

A representação desses dois sistemas é uma forma de instituir uma distinção pontual entre os processos suscetíveis e os insuscetíveis de consciência. O processo primário torna-se insuscetível de consciência por não incluir entre suas associações as representações-palavra e, também, por submeter-se à inibição, operada pelo Pcs, estando assim impedido de alcançar a consciência pela via alucinatória. Já o processo secundário (o Pcs), por sua vez, inclui em suas associações as representações-palavra, sendo, portanto, capaz de se tornar consciente.

Nota-se, portanto, que o fator diferencial estabelecido entre os processos primário e secundário incide, fundamentalmente, na relação que o sujeito estabelece com a sua satisfação e no modo de ativação da quantidade de energia que circula no aparelho psíquico, conforme já mencionado. A par dessa correlação de energia, Freud conclui que o pensamento “não passa de uma via indireta que vai da lembrança de uma satisfação . . . até uma catexia idêntica da mesma lembrança, que se espera atingir mais uma vez por intermédio das experiências motoras” (1900/2006, p. 625), ativadas pela tentativa de reviver uma lembrança de satisfação por outras representações que buscam repetir a satisfação experimentada. Assim, como numa ação ensaiada, economicamente vantajosa, ocorrida nas vias inconscientes do aparelho psíquico, o pensamento tenta encontrar a identidade entre a percepção e o desejo.

No processo de desejar, há a possibilidade de ocorrerem várias catexias. De acordo com Freud, a análise desse processo incide em dois casos distintos. O primeiro, marcado pela coincidência da “catexia de desejo da imagem mnêmica” com a “percepção” desta catexia, resultando na descarga eficaz de  $Q_n$ . Essa catexia, em termos gerais, relaciona-se com os neurônios  $a + b$ . O segundo, balizado pela “catexia de desejo” e uma percepção fracionada da própria catexia de desejo, vincula-se aos neurônios  $a + c$  (Freud, 1895/2006, p. 380). Nos dois modos descritos, o neurônio  $a$  geralmente se mantém constante, isso porque, nesse contexto, esse neurônio encontra-se presente tanto na catexia de desejo quanto na perceptiva. Já o neurônio  $b$  é habitualmente variável, tendo o neurônio  $c$  assimilado em seu lugar. Assim,  $b$  e  $c$  configuram-se como (in)possíveis representantes de  $a$ , que isolado não existe. Para o psicanalista, é com a linguagem que se aplicará mais tarde o termo *juízo* a essa análise e descobrirá a semelhança que de fato existe (por um lado) entre o núcleo do ego e o componente perceptual constante e (por outro) entre as catexias cambiantes no *pallium* e a componente inconstante: esta (a linguagem) chamará o neurônio  $a$  de *a coisa*, e o neurônio  $b$ , de sua atividade ou atributo – suma de

seu *predicado* (Freud, 1895/2006, p. 380, grifos do autor).

Freud (1895/2006) prossegue sua elaboração afirmando que, se o neurônio *a* coincidir nas duas catexias, então, o neurônio *b* desaparece, deixando um furo em seu lugar. Não obstante, o neurônio *b*, tomado por Freud como o atributo ou o predicado de *a*, não coincide com o neurônio *c*, que nesse caso “é percebido em lugar do neurônio *b*” (p. 381). Assim, mediante essa operação, o neurônio *b* pode ser transcrito em outro lugar. Com efeito, não se trata apenas de uma inscrição, pois esse segundo registro é uma transcrição do primeiro, instituindo aquilo que Freud chama de a “idéia desejante da memória” (p. 381), ou seja, o neurônio *b* na cadeia associativa.

Sob esse prisma, o objeto primordial da satisfação é designado na psicanálise como a *Coisa (das Ding)*, por excelência vazio, inominável. A falta desse “objeto absoluto” não permite a plena satisfação da pulsão, pois o objeto apresentado coincide apenas parcialmente com aquele que proporcionou sua satisfação original. Dessa maneira, a pulsão move-se na direção determinada pelo objeto que a causa e que lhe impõe percorrer os tempos necessários para seu remate. Para Moraes (1999), o alvo ou a meta da pulsão é a satisfação, “a possibilidade de o aparelho psíquico levar a tensão a um nível baixo através de uma descarga, a qual só pode se fazer por uma alteração apropriada na fonte

interna e que necessita do outro” (p. 58). O indício de desprazer move o eu em direção a uma injunção de resistências e impede a liberação do desprazer, oferecendo ao eu novos rearranjos. Tais rearranjos, causados pela inibição da livre circulação da energia, esboçam o nascimento do eu, através da clivagem entre o eu-prazer e o mundo exterior. Nessa perspectiva, é possível considerar o eu como resultado de uma série de “traços” do objeto, os quais se inscrevem inconscientemente.

Nesse contexto, delinea-se a Coisa freudiana (*das Ding*), o indizível, como aquilo que compõe a lei, especialmente vinculada ao estado de desejo em que o objeto desejado se conserva à distância do sujeito, acarretando um intervalo, uma hiância, no cerne do desejo. Esse desejo é o investimento que se faz para recuperar a perda da primeira experiência de satisfação. Assim, com o intuito de reproduzir a primeira experiência de satisfação, são reinvestidas, no aparelho neuronal, as marcas da imagem do objeto que permanecem gravadas na memória, e não a imagem real do objeto de satisfação.

Nesse caso, o essencial naquilo que se repete como memória não é propriamente a identidade, mas sim a diferença operada entre os traços. Freud situa a repetição em relação à diferença de quantidade entre o prazer da satisfação exigida e a satisfação efetivamente alcançada – razão pela qual o sujeito nunca está realmente



satisfeito. Trata-se, portanto, de um sujeito incompleto, que fala e não sabe o que diz, pois há algo não sabido que se tece nas e pelas palavras; isso mostra que o *eu* é o lugar do ocultamento e está vinculado ao desejo e este, por sua vez, está articulado a uma falta constitutiva que não pode ser preenchida por nenhum objeto.

Essa falta constitutiva não é um fenômeno transcendental, mas um efeito da linguagem mensageira das balizas do afastamento do eu em relação às coisas. Portanto, “o desejo é uma relação de ser com falta. Essa falta é falta de ser, propriamente falando. Não é falta disto ou daquilo, porém falta de ser pela qual o ser existe” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 280). Nessa perspectiva, o desejo vai se sustentar nos significantes, nas palavras, buscando localizar nelas o objeto perdido que “como significante dá a razão do desejo” (1957/1998, p. 700).

O desejo é, portanto, a representação mental investida a partir da percepção externa de determinado objeto pulsional, que em certo momento causou prazer e evitou desprazer. Nessa lógica do funcionamento psíquico, os processos de pensamento, ou melhor, os “atos de catexia que se acham relativamente distantes da percepção” (Freud, 1915/2006, p.206), são destituídos de qualidades e apenas podem vir a ser conscientes se forem investidos por “representações de palavras” extremamente afastadas dos resíduos das percepções originais. Em suma, na concepção psicanalítica, pensar é instituir articulações entre representações.

Tomando como fundamento esses primeiros textos freudianos, principalmente o “Projeto”, Lacan, em *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, esclarece que o processo de pensamento

tal como nos é descrito por Freud, é, por si mesmo e por sua natureza, inconsciente. Devemos compreender que – diferentemente do que chega ao sujeito, dentro da ordem perceptiva, vindo do mundo exterior – nada do que se produz no nível dessas tentativas por meio das quais os trilhamentos, que permitem ao sujeito a adequação de sua ação, se realizam no psiquismo por via de aproximação, nada desses trilhamentos é perceptível como tal. Todo pensamento, por sua natureza, se exerce por vias inconscientes. Certamente não é o princípio do prazer que o governa, mas o pensamento se produz num campo que, na qualidade de campo inconsciente, deve ser, de preferência, situado como que submetido a ele. (Lacan, 1959-1960/1997. p. 44)

Freud adota, então, a noção de “aparelho psíquico”, que é organizada em duas instâncias: a primeira abrange a noção de Pcs e consciente, e a segunda, a de Ics e suas manifestações – os sonhos, os atos falhos, os chistes e os sintomas. Postos para além da ordem, o Ics e suas manifestações adquirem sentido naquilo que escapa e falha aos humanos, seres de linguagem. Devido ao modo como se organiza, o funcionamento psíquico reconhece o Ics como uma instância autônoma cujos conteúdos só podem ser alcançados pela consciência quando submetidos

às censuras e transformações impostas pelos sistemas Pcs e consciente. Nessa perspectiva, o Ics pode ser entendido, portanto, como uma mensagem cifrada contrária à intenção do sujeito. Seu modo de operação é revelar-se no “rastros daquilo que opera para constituir o sujeito” (Lacan, 1960-1964/1998, p. 844). Tomá-lo, então, como conceito pressupõe “um mais-além” psíquico, manifestado nos dados lacunares da consciência por iniciativas latentes não imediatamente identificadas nem explicitadas pela lógica hipotético-dedutiva da racionalidade psicológica.

A psicanálise, em sua vertente analítica, aborda o Ics como um conceito que se caracteriza não por uma falta de sentido, como assegurava a psicologia clássica, mas sim como aquele que é “estruturado como linguagem” e se expressa por deformação, distorção e transposição; ele não é, pois, “futuro saber que já se sabe por não se saber, mas lacuna, corte, ruptura que se inscreve em certa falta” (Lacan, 1964/1985, p. 146) e não se rende à intencionalidade da significação. A partir dessa premissa, a psicanálise refuta o fato de a subjetividade ser caracterizada pela transparência dos atos de consciência e pela interioridade como instância desses atos. Considera-se, então, que as estruturas subjetivas não são da ordem dos acontecimentos, mas derivam da mutação das relações entre exterior e interior. Isso porque o núcleo primário do pensamento inconsciente é causado por encadeamentos que escapam às diferentes ordens da consciência; constituiu-se como um interdito à hegemonia da consciência enquanto instância reguladora do curso do pensamento, defendida pelos discursos filosófico e científico, impregnado pela racionalidade moderna.

Sob esse prisma, a descoberta freudiana do Ics pode ser relacionada a duas importantes feridas narcísicas, a saber: a destituição da Terra do centro do universo, promovida por Copérnico, em 1543, e as pesquisas evolucionistas de Darwin, de 1859, contrárias aos fundamentos bíblicos. Para Freud (1916-1917/2006), a descoberta do Ics produziu um giro copernicano no seio do discurso científico da época ao destituir a razão de sua onipotência, promovendo na história da humanidade o terceiro grande golpe,

o mais violento “*o ego não é senhor da sua própria casa*” (p. 153, grifos do autor). A partir dos estudos freudianos, o ser deixa de ser compreendido como um todo unitário, relacionado à consciência, para ser uma realidade fracionada entre os processos da consciência e do Ics. Freud, ao validar a existência do Ics como um saber distinto daquele produzido pela reflexão consciente, subverte a concepção universal de ser do pensamento e institui o sujeito inconsciente da psicanálise, contrariando, assim, a concepção filosófica do cogito cartesiano de correspondência entre o eu e a consciência.

## Inconsciente e cognição

Quando abordamos a questão da cognição, das capacidades cognitivas atribuídas, por exemplo, a uma criança, recorreremos geralmente a denominações como *razão*, pensamento racional, construções conceituais, entre outras. Desde a filosofia clássica até as abordagens psicológicas atuais, o ponto axial da questão implica considerar o pensamento como uma certeza metafísica. Conforme Descartes, fundador do racionalismo moderno e autor da famosa frase “penso, logo existo”, a própria evidência de “minha existência” leva-me imediatamente ao “eu penso”, sendo que, a partir dessa condição pensante, a dúvida metódica deve ser eleita como a via em cujo final encontraremos a coincidência entre ser e pensar.

É com base nisso que as diferentes abordagens psicológicas partem comumente do princípio de que o sujeito da razão, consciente, corresponde à categoria conceitual de sujeito pensante. Poderíamos dizer que, por esse viés, só haveria pensamentos conscientes.

Em síntese, o conceito de cogito se desenvolve, para Descartes, em três tempos distintos: o primeiro engloba o ato de pensar, cuja finalidade centra-se na libertação de todas as ideias preconcebidas e instaura a dúvida sistemática como método a ser utilizado; o segundo inclui a certeza de que, em qualquer momento do ato de pensar, existe um sujeito e o terceiro indica a determinação desse ser como pensante. Por essa ótica, Descartes elabora a materialidade do ser pensante, fundamentada no método da dúvida sistemática, para descobrir a verdade. Assim, ele elabora que,

enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava. . . . Compreendi por aí que era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material. (Descartes, 1637 / 1973, p. 54-55)

Conforme o fragmento acima, a certeza do “eu penso” implica o “eu existo” como realidade material do ser

pensante, o que na doutrina cartesiana é postulado como “eu uma coisa que pensa (res-cogitans), que duvida, que afirma, que nega” (Descartes, 1637/1973, p. 103), isto é, a significação do sujeito gira em torno do pensamento. A verdade consiste na afirmação do “penso, logo sou” e que sou na medida em que penso. Assim, conforme a teoria cartesiana, para a substância pensante não interessa se o pensamento é falso, ou seja, contrário à verdade. O importante nessa concepção “é que eu sou, eu penso, mas só no instante em que eu penso” (Descartes, 1637/1973, p. 55).

Por outro lado, conforme a via tomada por Freud, essa certeza não diz respeito ao sujeito do Ics, determinado pela linguagem. Sob esse prisma, o eu não está no controle dos processos psíquicos, isso porque existe o Ics e suas manifestações determinam essa “morada”. A revelação da existência do Ics traz à tona um sujeito descentrado cuja razão não pode mais ser reconhecida como parte central do ser. Encontra-se, dessa forma, a partir de Freud, a indicação de que a subjetividade deixa de ser compreendida como um todo unitário, relacionado à consciência, para ser uma realidade fracionada entre os processos da consciência e do Ics. Portanto, a partir de um exercício de comparação entre o sujeito cartesiano, o do enunciado, e o sujeito do inconsciente, o da enunciação, pode-se afirmar que, a partir de Freud, pensar não equivale a ser, pois sou onde não penso e o fato de pensar não me assegura que eu seja.

Com esse entendimento, Lacan (1957/1998) subverte o cogito cartesiano, e no lugar de “penso, logo sou”, afirma “penso onde não sou, logo sou onde não penso”; ele acrescenta: “eu não sou lá onde sou brinquedo de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não posso pensar” (p. 521). O que se observa é que a reformulação do cogito, operada por Lacan, produz uma ruptura entre o ser e o pensar, portanto, não se pode considerar como verdade indubitável que a existência derive exclusivamente do pensamento consciente. A operação de separação entre o ser e o pensar subverte o cogito e torna-se a condição epistemológica do surgimento do conceito de sujeito inconsciente adotado pela psicanálise.

Conforme Lacan:

o sujeito do inconsciente só toca na alma por meio do corpo, introduzindo aí o pensamento: desta vez contradizendo Aristóteles. O homem não pensa com sua alma, como o Filósofo imagina. Ele pensa porque uma estrutura, a da linguagem – como a palavra o comporta –, porque uma estrutura recorta seu corpo, e que nada tem a ver com a anatomia. (Lacan, 1974/1993 p. 18-19)

A partir dessa perspectiva, o Ics testemunha a divisão subjetiva entre o “eu penso” e o “eu sou”, face da verdade que a ciência desconsidera e que a psicanálise acolhe. Isso equivale a dizer que a psicanálise trabalha com a cisão entre o saber e a verdade, e nessa divisão ela encontra o sujeito sobre o qual

opera – em seu campo, o sujeito do inconsciente. É importante ressaltar que não se trata, propriamente, de uma incompatibilidade quando, de um lado, se toma o sujeito cartesiano e, de outro, o sujeito do inconsciente, pois em ambos os casos a certeza é assimilada pela dúvida; enquanto a dúvida cartesiana leva ao cogito, a freudiana leva a um pensamento ausente, inconsciente.

Trata-se, pois, de dois desdobramentos radicalmente diferentes com relação às consequências da inclusão ou não desse sujeito que duvida. Enquanto do lado da ciência – que, apesar de ter descoberto tal sujeito, não admite colher os efeitos de sua inclusão – a via escolhida será a da razão ou da consciência (advinda da capacidade cognoscente do homem), do lado da psicanálise, porque ela busca as consequências do fato de que o sujeito é estruturado como linguagem pela via do inconsciente, destitui-se o homem de seu lugar de centro e inaugura-se uma nova via, a da ética do desejo inconsciente.

## À guisa de conclusão

Pensar as possíveis conclusões a que podemos chegar, após a discussão desenvolvida neste trabalho sobre Ics, linguagem e pensamento, exige reconhecer que o funcionamento do aparelho psíquico é implantado com a primeira experiência de satisfação.

Articulada e, ao mesmo tempo, oposta ao desprazer, essa experiência elimina toda a quantidade de estímulos que possam abalar a homeostase do organismo. Por meio dela, nascem as primeiras inscrições psíquicas, as quais inserem o infante no campo do desejo e da demanda. Essas primeiras inscrições possibilitam que os traços mnêmicos se inscrevam e reescrevam no psiquismo, principiando a ordem do Ics. Com efeito, as funções psíquicas, cuja materialidade é a linguagem, originam-se na estruturação de uma memória, inconsciente, cuja presença se manifesta não ao acaso, mas, a partir de feixes associativos, nas falhas, nas linhas de ruptura e também nas possíveis combinações lógicas.

Sabe-se, a partir de Freud (1896/1996), que no terceiro registro do aparato psíquico, o Pcs (*Vorbewusstsein*), articulam-se as representações-objeto e as representações-palavra, que, quando não estão em uma relação de oposição, possibilitam a ativação alucinatória das representações verbais. Nesse caso, esse registro corresponde à transformação da pura alucinação vinculada ao princípio do prazer em identidade de pensamento. Se, por um lado, pode-se considerar que, para Freud, não há significação anterior ao pensamento, por outro, o que se realça é que não existe pensamento, senão na dependência do fluxo associativo das representações engendradas com o princípio do prazer. Há, nesse processo, uma combinação associativa abalizada pela diferença de seus elementos.

## UNCONSCIOUS, LANGUAGE AND THOUGHT

### ABSTRACT

*This article intends, from the Freudian's elaboration about mental apparatus, to discuss the concept of thought, it means, based on unconscious conception which is present since Freud's earlier works, he has as an issue not only the rational capacity attributed to the human being, deduced from the Cartesian "I think" but also from the theoretical thinking. After explaining the mental apparatus work as the same time as language and memory to Freud. We will seek to situate what we call as reason, knowing capacity or scientific domain that comes from the effects of unconscious thought. Based on that, we highlight the fact that when Freud developed his concept of the unconscious, he took it as a mean to present a private structure that precedes, covers and justifies such capacities and don't indicate the lack of conscious and mental phenomenon. To do so, we start from the conception that the language apparatus does not match with the idea of an apparatus constructed to language but constructed by language this apparatus does not exist without language and its speakers.*

**Index terms:** *unconscious; language; thought.*

## INCONSCIENTE, LENGUAJE Y PENSAMIENTO

### RESUMEN

*Este artículo propone, según la elaboración freudiana con respecto del aparato psíquico, discutir la noción de pensamiento. A partir de la concepción de inconsciente presente en los textos iniciales de Freud, se tomará como cuestión tanto la capacidad racional, atribuida al ser humano, inferida del "yo pienso" cartesiano cuanto el pensamiento teórico. Tras explicar que el aparato psíquico, para Freud, se constituye como un aparato de lenguaje y de memoria, se buscará situar lo que solemos denominar como razón, capacidad cognoscente o dominio científico de un pensamiento como efecto del inconsciente. Desde esa perspectiva, se destaca el hecho de que Freud, al desarrollar su noción sobre el "inconsciente", tuvo como objetivo presentar una estructura particular que precede, abarca y justifica tales capacidades, y no apunta la ausencia de consciencia y de fenómenos psíquicos. Para ello, se supone que el aparato de lenguaje no coincide con la idea de un aparato hecho para el lenguaje, pero un aparato construido por lenguaje —él no existe sin lenguaje y sin el ser hablante—.*

**Palabras clave:** *inconsciente; lenguaje; pensamiento.*

## REFERÊNCIAS

- Descartes, R. (1973). *Meditações (Meditação Primeira e Meditação Segunda)*. In *Col. Os Pensadores*. (J. Guinsburg e B. Prado Júnior, trad.). São Paulo, SP: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1637)
- Freud, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund*

- Freud (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895[1950])
- Freud, S. (2006). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 4). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2006). O inconsciente. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2006). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (2011). Carta 52. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1896)
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, 1964*. (M. D. Magno, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998). Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval. In J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em: 1960-1964)
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1965-1966)
- Lacan, J. (2010). *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, 1954-1955*. (M. C. Laznik-Penot, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (2013). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. (Antonio Quinet, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (2013). *Televisão*. (A. Quinet, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)
- Moraes, M. R. S. (1999). *Maternal/estrangeira: o que Freud fez da língua*. (Tese de doutorado em linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

crgiovani@gmail.com

Rua Delenda R. Melo, s/n – Praça Universitária  
74605050 – Goiânia – GO – Brasil.

dayannagyn@hotmail.com

Rua Canadá, Qd 02, Lt 24  
74593245 – Goiânia – GO – Brasil.

Recebido em setembro/2017.

Aceito em setembro/2018.